



BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n° 99/2024:

Aprova o Conceito Estratégico de Defesa Nacional. 2316

CONSELHO DE MINISTROS

Resolução n.º 99/2024

de 12 de novembro

O Governo da X Legislatura reconhece no seu Programa de governação a necessidade de rever o Conceito Estratégico de Defesa Nacional existente, no sentido de dotar o país de novos instrumentos e estratégias nos domínios de segurança e defesa nacional.

Nesse contexto, em 2024, o Governo elaborou o documento contendo “As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional” que fornece as orientações de natureza geral da estratégia global do Estado para a consecução da política de segurança e defesa.

O citado documento foi apreciado favoravelmente pelo Conselho Superior de Defesa, tendo sido, posteriormente, por iniciativa do Governo e de modo a garantir a intervenção parlamentar no processo, largamente debatido na Assembleia Nacional, para além de outros setores da sociedade.

Neste sentido, o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional assume uma transversalidade que interpela também todos os Departamentos do Estado para uma atuação concertada e estratégica, para que se possa alcançar a necessária abrangência, eficácia e assertividade, uma vez que o Conceito Estratégico de Defesa Nacional configura-se como uma sinergia onde todos os atores de defesa, da segurança, do ambiente, do mar, dos transportes, da saúde, da educação e da economia, têm responsabilidades e assumem um papel impar para a efetividade da política de Defesa Nacional.

Assim,

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 62/IV/1992, de 30 de dezembro; e

Nos termos do n.º 2 do artigo 265º da Constituição, o Governo aprova a seguinte Resolução:

Artigo 1º

Aprovação

É aprovado o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, cujo texto se publica em anexo à presente Resolução e dela faz parte integrante.

Artigo 2º

Revogação

É revogada a Resolução n.º 5/2011, de 17 de janeiro.

Artigo 3º

Entrada em Vigor

A presente Resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros, aos 24 de setembro de 2024. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

ANEXO

(A que se refere o artigo 1º)**INTRODUÇÃO**

O Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional (CEDSN) aprovado em 2011, pela Resolução n.º 5/2011, de 17 de janeiro, foi o primeiro instrumento de planeamento estratégico nos domínios da segurança nacional e defesa, tendo estabelecido os fundamentos em que assentam as políticas a desenvolver pelo Estado nestas áreas.

Esse Conceito Estratégico assumiu um desígnio integrador dos principais vetores da segurança e defesa e orientou no sentido da articulação e harmonização das políticas sectoriais com interesse para a Defesa Nacional.

Com a aprovação desse Conceito Estratégico iniciou-se uma fase nova sob o ponto de vista metodológico em matéria de implementação das políticas na área da Defesa em que as reformas e demais ações a executar fluíssem coerentemente a partir de uma opção conceptual e doutrinária, do geral para o particular, do que é doutrina para o que é organização, do estratégico para o operacional, o que oferece outra consistência a uma política de Estado de suma importância como é a da Defesa Nacional.

Acresce ainda que esse Conceito Estratégico, cujo debate parlamentar das suas Grandes Opções ocorreu ainda em 2005, desempenhou um importante papel na disseminação de novas ideias e modernos conceitos sobre segurança nacional que agora tendem a enformar uma doutrina de segurança e defesa consentânea com a modernidade e ancorada nas reais necessidades e capacidades do país.

Decorridos treze anos sobre a aprovação do anterior CEDSN é natural que, no quadro da evolução da situação internacional, as alterações no panorama mundial e regional tenham consequências na forma de conduzir as políticas em matéria do relacionamento do país com o meio externo envolvente.

Do mesmo passo, a situação nacional também sofreu alterações importantes com influência direta nos principais vetores que determinam a intervenção do Estado e da sociedade nos domínios relevantes para a garantia da segurança nacional.

Neste contexto, emerge como necessária uma renovada ponderação das atuais vulnerabilidades do país, das suas potencialidades, bem como das ameaças mais relevantes que sobre ele pairam e cuja probabilidade de ocorrência fazem delas objeto de atuação dos sectores concernentes.

Por estas razões se entende que o anterior Conceito Estratégico já havia perdido a sua atualidade, havendo, portanto, a necessidade de se abrir um novo ciclo de planeamento estratégico que conduza à elaboração e aprovação de novos instrumentos de orientação para a ação política e estratégica da defesa nacional, designadamente, para um reposicionamento das Forças Armadas e das demais instituições relevantes, em consonância com a realidade prevalecente.

CAPÍTULO I

CONCEITOS BÁSICOS A UTILIZAR**- Articulação entre Segurança Nacional e Defesa Nacional**

A elaboração de um Conceito Estratégico procura, acima de tudo, articular dois conceitos, o da Segurança Nacional e o de Defesa Nacional.

O primeiro é formalmente conceptualizado e desenvolvido em várias e relevantes instâncias nacionais e internacionais, contudo, e até ao presente, ainda não foi explicitado em textos oficiais.

Tal não significa o seu escamoteamento e desconsideração do Conceito de Segurança Nacional, devendo, por um lado, socorrer-nos da visão quase generalizada que assumem os documentos de natureza homóloga vigentes noutros países, e, por outro, os expressos por instituições especializadas nos domínios em apreço.

O segundo, e pelo contrário, assume carácter constitucional, plasmando-se em vários instrumentos legislativos de elevada importância e impondo políticas concretizáveis pelo Poder Executivo.

A diferença entre ambos se situa na substância que encerram e nos patamares a que se reportam.

A Segurança Nacional é um estágio ou uma condição que se pretende atingir, através do(a) qual se garante a Soberania e Independência Nacionais, a integridade do território, a segurança de pessoas e bens, o bem-estar e prosperidade da Nação, o desenvolvimento normal das suas tarefas; a liberdade de ação política dos órgãos de soberania e o regular funcionamento das instituições democráticas, no quadro constitucional.

Por seu turno, a Defesa Nacional é a política conduzida pelo Estado, para garantir a independência nacional, a integridade territorial, a liberdade e segurança das populações, e o ordenamento constitucional, contra qualquer ameaça ou agressão.

O artigo 246º da Constituição da República de Cabo Verde define a Defesa Nacional como a *disposição, integração e ação* coordenadas de todas as energias e forças morais e materiais da Nação, face a qualquer forma de ameaça ou agressão, tendo por finalidade garantir, *de modo permanente a unidade, soberania, a integridade territorial e a independência de Cabo Verde, a liberdade e a segurança da sua população bem como o ordenamento constitucional democraticamente estabelecido.*

Apesar de na definição dos dois conceitos figurarem algumas expressões comuns, a diferença entre elas é profunda, quer na amplitude que se denota, quer nos patamares de ação em que se inscrevem.

A Segurança Nacional é o produto final decorrente do concurso de várias políticas materializadas. É um *resultado*.

A Defesa Nacional é um conjunto de políticas a serem operacionalizadas.

Traduz-se, por isso, na *ação*.

A essa luz, não tem sentido a definição ou consideração de políticas de Segurança Nacional, mas antes várias políticas sectoriais que, individualmente ou no seu conjunto, concorrem para o estabelecimento de uma situação/estádio que garante de forma variável, os fatores e/ou circunstâncias de vida nacional enunciadas na sua conceptualização.

- Caracterização da Política de Defesa Nacional

A Constituição da República de Cabo Verde define uma política de Defesa Nacional *global e integrada*, que abarca várias outras dimensões e sectores do Estado, que no seu conjunto cumprem missões contributivas para a prossecução dos objetivos nela explicitados.

A Defesa Nacional inclui não só a Defesa Militar operacionalizada pelas Forças Armadas como também outras áreas de natureza civil de âmbitos estatal e societal.

Uma análise descritiva explicitada apenas nestes termos seria redutora, pois ignoraria a dimensão externa que uma política de Defesa Nacional encerra.

Com efeito, ela também sinaliza ao exterior de Cabo Verde qual a predisposição como é concebida, executada e para onde é dirigida.

Cabo Verde aposta profundamente na paz e cooperação, percecionando-se um conjunto de atividades a realizar com outros Estados, de modo a se fortalecerem atitudes e capacidades que tipificam relações de parceria e desenvolvimento de processos cooperativos.

Por último, e plasmando na análise e edificação de políticas que para além do Estado e da visão global que o acompanha, urge entender a dimensão da *Segurança Humana*.

Prever, organizar e desenvolver atividades que abordam esta perspetiva, constitui elemento central para valorizar cada um dos cidadãos, promovendo formas de garantir a sua realização e progresso, o que não só valoriza cada um, como valoriza o todo Nacional.

Uma política séria e realista de Defesa Nacional tem o seu *centro de gravidade* accionalista na pessoa, porque só assim se edifica, sustenta e promove a *coesão nacional*.

Não há verdadeira Defesa e a visão multidisciplinar que a acompanha sem este elemento, porque é também a sua existência que exprime e fortalece uma *vontade nacional*.

Por conseguinte, e, em última instância, a Política de Defesa Nacional, é ampla dada a pluralidade de áreas que considera e onde atua, e *integrada*, pois só um superior exercício de planeamento e coordenação, concorre para a materialização e prossecução dos seus objetivos.

- Dimensões essenciais à Segurança Nacional

A fim de se atingirem elevados patamares da Segurança Nacional justifica-se ainda a consideração de outras dimensões do Estado habilitantes desse desiderato.

A *Diplomacia*, instrumento fundamental para a realização da estratégia na vertente externa, indispensável para a promoção das relações económicas exteriores do país e para a credibilidade e afirmação internacional de Cabo Verde, juntamente com a valorização da cultura e das comunidades emigradas.

As *Forças Armadas*, como componente fundamental para a garantia da segurança do Estado para a qual concorrem, bem como as forças e serviços de segurança e a justiça. As suas missões devem ser definidas com precisão, priorizando-se as que contribuem para enfrentar os riscos e as ameaças mais relevantes e com maior probabilidade de ocorrência. A modernização das Forças Armadas deve ter em conta a sua utilidade e o equipamento deve ser adquirido em função das capacidades necessárias ao cumprimento das missões prioritárias. Importante se torna a definição de uma estratégia integrada civil/militar com tónica no duplo uso da instituição para responder às ameaças e aos riscos definidos.

Referenciar a *Justiça*, a *Segurança Interna* e a *Proteção Civil* é óbvio e inevitável.

Igual relevância assume o domínio do *Intelligence*, pois não é possível a qualquer Estado que procura dignificação e eficiência, prescindir do conhecimento permanente da realidade externa que o envolve, dos riscos que podem ocorrer e o debilitam, ou das ameaças que se podem perfilar, prejudicando a sua imagem, consistência ou potencialidades.

As duas últimas décadas evidenciam novos fenómenos, predominantemente originados por atores não estatais que promovem atos criminosos utilizando espaços marítimos alguns dos quais da jurisdição de Cabo Verde.

O seu conhecimento, monitorização, prevenção e combate justificam o reforço e valorização do *Intelligence*, como vetor altamente contributivo para o êxito de uma Política de Defesa Nacional e a obtenção dos mais elevados padrões de Segurança.

A *dimensão económica e financeira* é importante para superar os riscos económicos suscetíveis de afetar os interesses vitais do Estado como a soberania, a independência nacional e a coesão social. O reforço da segurança do Estado também passa pela estabilidade financeira e pelo crescimento económico sustentável e gerador de emprego.

O *desenvolvimento das capacidades, materiais e imateriais*, do país e a redução das suas vulnerabilidades e dependências deve servir a promoção da prosperidade da Nação. Especial atenção se deve atribuir às vulnerabilidades de ordem alimentar, financeira, energética, científica e tecnológica, enquanto devem ser potenciados os recursos e as oportunidades nacionais, onde se pontuam a posição geoestratégica de Cabo Verde e o seu vasto espaço marítimo. Em matéria de recursos imateriais é vital para o país a valorização do capital humano, com forte investimento no conhecimento e na cidadania.

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) é, assim, o espaço onde as questões e posturas enunciadas legitimam a assunção de fórmulas de articulação a estabelecer continuamente, de modo a que as políticas estatais ganhem maior eficiência e promovam melhorias na vida dos cidadãos.

CAPÍTULO II

CONTEXTO ESTRATÉGICO

- Contexto de segurança global

O mundo conheceu mudanças substanciais na última década, sendo de se destacar o esbatimento do sistema unipolar, o aprofundamento da globalização e, mais recentemente, o reforço de tendências multipolares e o consequente aumento de tensões e conflitos engendrados pelo confronto entre visões antagónicas sobre relacionamento entre Estados soberanos.

A integração económica, política, social e cultural que enforma o processo de globalização, reforçou as interdependências entre países e regiões num claro sinal de maior distensão das relações entre competidores. Este processo gerou vencedores, sobretudo os países mais ricos e as potências emergentes, mas também deixou para trás regiões inteiras cujos problemas de subdesenvolvimento e pobreza se agudizaram, ficando, deste modo, mais vulneráveis a choques como a crise económica e financeira internacional e a crise pandémica mundial que mergulharam um bom número de países na mais profunda dependência. A situação de pobreza nos países marginalizados pela globalização tem favorecido o aprofundamento de crises e o aparecimento de novos conflitos.

A economia mundial foi amplamente afetada pela crise económica e financeira, cujos efeitos ainda permanecem como se pode constatar através do desempenho ainda insatisfatório das principais economias mundiais, mormente das dos países em desenvolvimento, que, antes da plena recuperação desta crise, foram atingidas por outras como a pandémica e a resultante da guerra na Ucrânia.

A consolidação da ordem mundial, originada pela emergência do mundo unipolar no final na última década do século XX começa a ser posta em causa pelo fortalecimento de potências emergentes e o reforço de instituições defensoras do multilateralismo, criadas ainda na primeira década deste século, como os países da *Building Better Global Economic* (BRICS), a Organização de Cooperação de Xangai e a União Económica Euro-Asiática.

Contudo, é na segunda década deste século que se aumentaram as tensões a nível global, em função da oposição entre a ordem unipolar e as forças que a pretendem substituir. O novo paradigma das organizações económicas regionais traduzido num posicionamento cada vez mais assertivo na defesa dos interesses dos Estados membros tem desempenhado importante papel nesta equação.

A institucionalização do *Grupo dos 20* (G20), reunindo países com valores e visões diversas, acaba por ser o

reconhecimento por parte dos países tradicionalmente dominantes na arena internacional, da emergência de novas potências económicas e a evidência que os centros de decisão mundial tradicionais já não traduziam o novo equilíbrio de forças em razão da ascensão de novos centros do poder.

Assistiu-se a uma maior difusão de ameaças e riscos resultantes da fragilização de Estados, do recrudescimento dos ataques cibernéticos, da projeção das redes terroristas e do crime organizado, bem como da proliferação sem precedentes das armas de destruição massiva.

Acentuou-se a tendência de deslocação do eixo principal da economia mundial do ocidente para oriente, com a consequente valorização da importância estratégica da Ásia, em detrimento de regiões atlânticas.

Como corolário das tensões criadas, agudizaram-se os antagonismos entre potências rivais, tendo-se desencadeado uma guerra comercial entre os Estados Unidos da América (EUA) e a China, e, simultaneamente, outra de natureza tecnológica, sobretudo no domínio da produção dos semicondutores e da inteligência artificial, fatores determinantes para o desenvolvimento futuro da humanidade. Com o exacerbar das tensões entre estes dois países devido à questão de Taiwan para o fundamentado receio de que esta guerra híbrida se possa transformar em confrontação militar entre aquelas duas potências.

Entretanto, desenrola-se a guerra na Ucrânia com consequências profundamente penosas, e efeitos desastrosos nas cadeias de abastecimento alimentar e energético, como também, na economia mundial no seu todo e cuja escalada constitui um grande perigo para a Europa e o mundo. O envolvimento quer do *North Atlantic Treaty Organization* (NATO, sigla inglesa de Organização do Tratado do Atlântico Norte) quer da União Europeia (UE), em contraposição à Federação Russa, conforma uma profunda tensão entre as duas maiores potências nucleares mundiais.

Tais confrontações mudaram radicalmente o contexto estratégico e expuseram as clivagens entre os principais protagonistas do cenário internacional. Com efeito, já são perceptíveis os sinais do reaparecimento da política de blocos, em que, de um lado, se postulam os EUA como líderes incontestáveis do mundo ocidental, e, do outro, as potências que pretendem a revisão da ordem internacional unipolar, onde se pontuam na primeira linha a China e a Rússia e que contarão com o apoio mais ou menos assumido de países que se opõem à hegemonia do que se convencionou chamar de Ocidente Coletivo.

Esta situação assestou um rude golpe ao processo de globalização que desacelerou de forma notória, sendo natural que, a não se encontrar, rapidamente, uma solução para a atual crise, o que parece muito pouco provável, o mundo venha a caminhar em sentido inverso com prejuízo para todos os atores mundiais.

A maior parte dos países que constitui o grosso do designado Sul Global, não se revendo, inteiramente, na atual ordem mundial que não os tem beneficiado, mas sem capacidade de se lhe opor frontalmente, deverá ficar entre os dois principais blocos, numa situação análoga à dos países não alinhados da era da guerra fria, sendo previsível uma reedição da política de não alinhamento com os contornos adequados ao contexto que se desenha.

- Contextos regionais de segurança

A UE continua a ser uma das regiões mais ricas do globo, com um modelo social bastante atrativo. Foi, no entanto, fustigada pela crise económica e financeira mundial e está sendo particularmente penalizada pela guerra desencadeada na Ucrânia em função da sua enorme

dependência energética da Rússia e do apoio incondicional ao esforço de guerra ucraniano.

Em virtude das excelentes condições de vida que oferece e do défice populacional que manifesta, a UE tem constituído o destino por excelência da emigração africana, incluindo a irregular, o que tem causado sérios problemas de segurança.

Os EUA, uma das potências mundiais quer a nível económico, quer a nível militar e a única superpotência saída da guerra fria que continua a aposta na manutenção da sua preponderância internacional, liderando a NATO, organização político-militar de segurança coletiva que também tem em conta os seus interesses específicos, sendo que, neste sentido, ela já se projeta em regiões que não correspondem à sua área de ação natural, sob a alegação de constituir um fator de promoção de uma segurança mais global.

A América do Sul, rica em recursos naturais, vem trilhando uma via de estabilização e de progresso, tendo passado a um novo nível de desenvolvimento regional, e ultrapassado a longa crise que se havia instalado na Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe, e prestando-se agora a atuar como um grupo de Estados que compartilham objetivos comuns, aumentando, assim, o seu peso político. Subsistem, no entanto, os tradicionais problemas de segurança relacionados com a criminalidade organizada associada ao tráfico transnacional de droga, pessoas e bens e capitais.

A Ásia é das regiões com maior crescimento económico com duas grandes potências em ascensão - a China e a Índia. A deslocalização do centro de gravidade do poder mundial do Atlântico para o Pacífico é evidente. A par do acelerado crescimento persistem problemas de segurança motivados por questões territoriais, problemas de fronteiras, movimentos secessionistas, proliferação de armas de destruição massiva e fragilidade de Estados.

A escalada no conflito israelo-palestiniano veio reavivar o antagonismo entre o mundo islâmico e o Estado de Israel, agravando a instabilidade nessa região do Oriente. O risco do alastramento do conflito é real, bem como o envolvimento nele de potências regionais e globais, em mais uma manifestação da cisão existente no mundo.

- Contexto regional africano

A África, apesar dos recursos humanos e naturais disponíveis que atestam um potencial de crescimento assinalável, continua a ser caracterizada, fundamentalmente, pelos mais baixos índices de desenvolvimento económico e social e por elevados riscos de violência.

A fragilidade de determinados Estados tem influenciado negativamente o ambiente de segurança no continente, que tem sido assolado pela instabilidade provocada pela atuação de grupos terroristas com base na utilização de um extremismo religioso, bem como pelos fenómenos da pirataria e da criminalidade organizada, associada aos mais variados tipos de tráfico transnacional já anteriormente referenciados.

Continuam os conflitos separatistas fruto das atuais fronteiras herdadas dos impérios coloniais, que não traduzem as realidades étnicas e culturais existentes. A instabilidade política tem crescido com a sucessão de golpes de Estado militares e alterações ilícitas da ordem constitucional e de manifestações violentas, sobretudo nos últimos anos, refletindo a desilusão com as políticas que conduziram à pobreza e às desigualdades sociais. Uma geração irreverente está a crescer no continente, constituindo uma esperança para que novos políticos e novas políticas surjam e coloquem os interesses de África e dos seus povos em primeiro lugar.

Contudo, são assinaláveis os esforços desenvolvidos pelos Estados africanos no sentido do fortalecimento das suas organizações interestaduais, designadamente, a União Africana e as comunidades económicas regionais. Muito têm feito para reforçar as capacidades africanas nos domínios da segurança e do desenvolvimento. Digna de menção é, também, a tendência que se verifica no reforço das instituições nacionais, ponto de partida para debelar a instabilidade, superar as vulnerabilidades e trilhar a via do desenvolvimento sustentável e seguro.

- Grandes transformações geopolíticas

O mundo está a viver a maior mudança geopolítica após a II Guerra Mundial tendo como mote principal a guerra na Ucrânia e o aumento das tensões entre a China e os Estados Unidos.

A Estratégia Nacional de Segurança dos EUA situa a China como a maior ameaça à segurança nacional. A tensão entre ambos extravasou para a NATO, cujo último Conceito Estratégico adotado, menciona explicitamente que a China coloca desafios sistémicos à segurança euro-atlântica, ao mesmo tempo que designa a Rússia como a ameaça mais importante e direta à segurança dos aliados e à paz e estabilidade da área euro-atlântica.

A guerra na Ucrânia, e o envolvimento nela do Ocidente, a aplicação de sanções à Rússia e a confrontação entre os EUA e a China, agravadas pela escalada no conflito israelo-palestiniano, são os principais elementos enformadores de uma profunda tensão de natureza híbrida à escala mais ampla do que o espaço onde aqueles conflitos ou tensões se manifestam. Por um lado, os EUA procuram o prolongamento da sua hegemonia mundial e a manutenção do mundo unipolar e, por outro, a China e a Rússia pretendem o estabelecimento de um mundo multipolar mais favorável à prevalência do multilateralismo. Este antagonismo até poderá projetar-se na forma de uma bipolarização global.

Já se assiste a uma redução da globalização nas áreas económica, financeira, científico-tecnológica, cadeias de abastecimento, etc. Encontra-se em marcha o fortalecimento e alargamento de organizações económicas e financeiras internacionais que deverão dotar o bloco das potências emergentes dos instrumentos de cooperação nos domínios económico, financeiro e monetário, em convivência ou em substituição das atualmente existentes e dominadas pelas potências ocidentais.

As iniciativas da China e da Rússia envolvendo acordos comerciais com diversos países como a Índia, o Irão, a Arábia Saudita e a África do Sul, tendo como moeda de pagamento as nacionais, afeta o dólar como principal moeda de pagamento internacional, erodindo deste modo um dos principais pilares do poder hegemónico dos EUA. A prazo, o dólar americano poderá partilhar com outras moedas daquelas potências emergentes o privilégio de principal moeda de pagamento internacional.

Cavou-se um fosso entre a Europa e a Rússia, não sendo previsível num horizonte temporal imaginável o restabelecimento da confiança e dos laços estre as duas partes. Privada dos laços com a Rússia e a China, a UE tende a perder competitividade e aumentar a sua dependência securitária, geopolítica e económica dos EUA.

Entretanto, a Rússia deu início ao processo de redireccionamento da sua economia, nomeadamente das suas exportações energéticas em direção à Ásia, em substituição das anteriores relações com o Ocidente e, sobretudo, com a UE. A curto prazo, a Rússia poderá sair a perder com esta substituição dos mercados, acreditando-se que, todavia, possa vir a colher benefícios económicos, atendendo ao facto da Ásia ser a região economicamente mais pujante, não obstante a situação a poder colocar numa maior dependência da China.

Os recursos naturais da África, designadamente o gás natural, o petróleo e minerais relevantes, deverão atrair para o continente o interesse de ambos os blocos em constituição o que favorecerá os países africanos, porquanto verão aumentado o seu poder de barganha. As perspetivas do continente também serão expressivamente melhores com a mais do que provável adesão das suas principais potências económicas aos BRICS, organização, aliás, em franco crescimento.

Com as mudanças geopolíticas em curso, ambos os blocos em formação deverão esforçar-se por manter e reformar as Nações Unidas que provavelmente, será o único, ou dos escassos organismos internacionais com carácter universal.

- Inserção de Cabo Verde no âmbito externo com relevância estratégica

O posicionamento externo de Cabo Verde bastante pragmático, realista e inteligente como resultado da consciência das vulnerabilidades decorrentes da sua geografia, constitui a pedra angular da inserção do país no mundo. Neste sentido, a ação externa de Cabo Verde orienta-se na ótica da afirmação da nação diaspórizada, na promoção da paz e da segurança e prossecução de uma agenda económica desenvolvimentista e privilegia a inclusão em diversificados espaços de integração regional e cooperação internacional [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP), União Africana (UA), UE, Comité Intraestatal de Luta Contra a Seca no Sahel (CILSS), Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS), Francofonia, etc.].

O pensamento geopolítico nacional, fiel à linha da não confrontação ideológica com os principais centros de poder mundial, continua harmonizando as potencialidades nacionais às oportunidades oferecidas pelo sistema internacional nos domínios da segurança, designadamente no combate à criminalidade transnacional organizada associada ao narcotráfico e demais tráficos e ao terrorismo transnacional, com base na estratégica localização geográfica do país na encruzilhada atlântica (entre África, Europa e as Américas) e na sua utilidade política internacional, como provedor de segurança.

Sendo a *diáspora* um dos vetores estruturantes da inserção do país no mundo, reveste-se de grande importância a intensificação das suas relações político-diplomáticas com contextos sociais nos quais a comunidade cabo-verdiana se revele particularmente expressiva, particularmente os EUA, Portugal e outros países da Europa Ocidental, Guiné-Bissau, Senegal, S. Tomé e Príncipe e Angola. É, de todo, relevante que Cabo Verde explore vias que permitam a potenciação da contribuição das comunidades cabo-verdianas neles radicadas para o desenvolvimento nacional.

A história e a geografia de Cabo Verde delimitaram as suas principais áreas de inserção estratégica em torno do Oceano Atlântico, veículo de ligação aos três continentes com especial interesse para o país - a África, a Europa e as Américas, os quais enformam o seu triângulo estratégico.

A África Ocidental, onde se situam os países vizinhos, constitui uma área natural de inserção estratégica. Outrossim, a emigração cabo-verdiana fixada ao longo da costa ocidental africana, do Senegal a Angola, é outro fator determinante desta inserção.

A Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), organização que visa a integração económica regional, é crucial para a concretização dos interesses de desenvolvimento do país e, como tal, deve ser valorizada como espaço de inserção de Cabo Verde. Concomitantemente, a CEDEAO representa uma importante

plataforma de segurança cooperativa, da qual Cabo Verde tem participado na prática, apesar de não ser signatário do seu Protocolo sobre a prevenção, gestão e resolução de conflitos e a manutenção da paz e segurança.

A Europa é outra área de interesse estratégico nacional, pelas relações históricas, políticas e económicas com alguns países deste continente, dos quais se destaca Portugal, bem como pela expressiva comunidade de emigrantes ali existente. A necessidade do ancoramento em espaços economicamente mais dinâmicos e com capacidade de apoiar o país no domínio da segurança conduziu à formalização do Acordo de Parceria com a União Europeia que se tem mostrado de especial relevância para a prossecução dos objetivos nacionais.

O continente americano completa o triângulo estratégico de interesse nacional, com a maior comunidade emigrada a viver nos Estados Unidos da América, país com o qual Cabo Verde tem laços ancestrais e vem desenvolvendo uma profícua cooperação bilateral para o desenvolvimento e a segurança. Na América do Sul que foi em tempos importante recetor da emigração nacional, designadamente a Argentina e o Brasil, fortalecem-se os laços tradicionais com estes países, especialmente com o Brasil, com o qual Cabo Verde comunga a pertença à CPLP.

A condição de arquipélago situado no meio do Oceano Atlântico realça para Cabo Verde a importância do espaço atlântico que moldou a cultura cabo-verdiana e o relacionamento com a maior parte dos Estados que constituem a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa com os quais a Nação cabo-verdiana partilha um passado comum e laços especiais que se projetam no futuro.

As potencialidades nacionais vinculadas à economia do mar, bem como as ameaças que pairam sobre o espaço atlântico evidenciam a importância da securitização deste espaço que só se pode obter através de uma rede de parcerias regionais e da segurança cooperativa regional e internacional. Neste quadro, o país privilegia o reforço da integração nos arranjos pan-africanos e regionais de segurança e defesa, sobretudo na vertente da segurança marítima e a potenciação das suas relações neste domínio com a UE e os EUA. Importa, ainda, realçar a necessidade do aprofundamento do relacionamento com o Brasil, bem como com Angola e África do Sul, países essenciais à segurança do Atlântico Sul e que, assim como Cabo Verde, também integram a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

A atração exercida pelo dinamismo da economia da Ásia, aliada aos laços históricos com a China e o Japão fazem do relacionamento com estas potências asiáticas um potencial cuja exploração deve ser aprofundada em benefício do desenvolvimento nacional, constituindo, portanto, esta interação, um alvo de interesse estratégico para o país. Pelas mesmas razões, Cabo Verde deverá perseguir o aprofundamento das relações económicas com a Índia, a Coreia do Sul e Singapura outros importantes polos de desenvolvimento na região. Outrossim, devem ser valorizadas as relações económicas com a região do Golfo Pérsico pelo elevado potencial de alavancagem da economia cabo-verdiana.

CAPÍTULO III

RISCOS E AMEAÇAS

Os Riscos e Ameaças, constituem indiscutivelmente umas das variáveis mais importantes da análise e do planeamento estratégico. É facto assente que fazer face a todas as ameaças é hoje uma impossibilidade real, mesmo para os Estados com maior potencial estratégico, que pode, no entanto, ser atenuado, por um planeamento estratégico rigoroso.

Tradicionalmente, a ameaça consiste num ato ou acontecimento de cariz ofensivo que afeta significativamente os objetivos políticos de um Estado, de modo a colocar em causa a sua sobrevivência como unidade política ou, de algum modo, a própria segurança internacional. Assim sendo, qualquer decisão, intensão de potenciais adversários, que coloque em causa as potencialidades ou vulnerabilidades do Estado, constitui também uma ameaça.

Estas, situam-se em três níveis: o global ou transnacional; o regional; e o estadual, específico de cada país.

- Principais Riscos e Ameaças à segurança global

Em função dos seus valores, interesses e objetivos políticos, os Estados fazem as suas leituras da situação, mas os riscos e ameaças transnacionais que explicitam nas suas estratégias nacionais, são em tudo semelhantes, por refletirem, objetivamente, uma consciência coletiva.

Os principais riscos e ameaças à segurança global são os seguintes:

- O terrorismo transnacional com o seu efeito altamente desestabilizador a nível internacional e local;
 - A criminalidade transnacional organizada, que inclui tráfico de pessoas, armas e estupefacientes, constituindo uma ameaça à segurança de pessoas e bens, bem como à estabilidade dos Estados;
 - A pirataria, afetando rotas vitais do comércio internacional com impacto devastador sobre as cadeias de abastecimento e a segurança marítima;
 - A proliferação de armas de destruição massiva (nucleares, biológicas, químicas e radiológicas), e o perigo que constitui a sua apropriação por entidades não estaduais;
 - A eclosão de Estados frágeis e a propagação de conflitos intraestaduais, potenciando o alastramento da violência, da fome, e o aumento de deslocados e refugiados;
 - Os conflitos regionais, com potencial impacto nos equilíbrios regionais e globais;
 - O ciberterrorismo e a cibercriminalidade, pelo seu efeito disruptivo, afetando praticamente todos os aspetos da vida económica e social completamente dependente das tecnologias de informação e comunicação;
 - A disputa por recursos naturais escassos, como sejam os hidrocarbonetos, minerais e água, e eventual competição violenta pelo seu uso e controlo;
 - As alterações climáticas, os desastres naturais e os choques demográficos, afetando imensas regiões e sociedades, mas com maior impacto sobre as mais frágeis.
- Principais Riscos e Ameaças à segurança nacional

A. Ameaças à segurança nacional

O Estado de Cabo Verde obriga-se a adotar todas as formas de defesa do seu território e dos seus cidadãos, incluindo a defesa militar, contra qualquer forma de agressão, incumbindo-lhe garantir, a todo o tempo, a funcionalidade dos sistemas vitais de segurança nacional.

A segurança de Cabo Verde confronta-se, todavia, com as seguintes ameaças de natureza transnacional e estadual:

- A *criminalidade transnacional organizada*, devido à localização geográfica de Cabo Verde na rota de tráficos diversos, sobretudo de estupefacientes e ao vasto espaço aéreo e marítimo sob sua jurisdição;
- A *criminalidade de massa* não só pela perturbação social que provoca e configuração violenta que já assume, mas também pelo seu potencial aproveitamento pelo crime organizado;
- O *terrorismo*, tendo em conta a proximidade de Cabo Verde a regiões afetadas por esta ameaça;
- A *cibercriminalidade*, pelo seu potencial destrutivo sobre as infraestruturas críticas da sociedade em acelerada modernização;
- A *pirataria*, tanto pela proximidade de Cabo Verde a um dos seus principais focos, como pela dependência do país das linhas marítimas para o seu abastecimento;
- A *proliferação de armas de destruição massiva*, em resultado da sua eventual posse por grupos terroristas ou de conflitos armados envolvendo determinado Estado delas detentor.

B. Riscos de natureza ambiental

Ao longo dos tempos, Cabo Verde foi sujeito a catástrofes naturais, como secas prolongadas, inundações e erupções vulcânicas, fenómenos que perduram até os nossos dias e se vão agravando com a intensificação das consequências das alterações climáticas. A acumulação dos riscos de natureza ambiental promove pressão crescente sobre os ecossistemas, designadamente, a delapidação dos recursos marinhos e a poluição.

As catástrofes naturais têm um enorme efeito desestabilizador e conduziram a prejuízos económicos consideráveis, pelo que Cabo Verde deverá melhorar a sua capacidade de prevenção, adaptação e resposta aos seguintes desafios:

- Secas prolongadas, desertificação e inundações, bem como fenómenos vulcanológicos que pelos efeitos destrutivos são suscetíveis de afetar a economia e o funcionamento normal do Estado e da sociedade;
- Alterações climáticas e riscos ambientais, pelo impacto que poderão ter no desenvolvimento do país e na sobrevivência da população;
- Atentados ao ecossistema, terrestre e marítimo, como sejam a poluição, a utilização abusiva de recursos marinhos e os incêndios florestais, face à degradação e privação de recursos necessários à economia nacional que poderão acarretar;
- Pandemias e outros riscos sanitários, capazes de vitimar a população de forma expressiva e causar problemas de segurança adicionais, sobretudo se se atentar à localização geográfica do país e ao considerável fluxo de viajantes em virtude do incremento do turismo, da mobilidade da comunidade diaspórica e de se ter transformado em destino da imigração proveniente de países vizinhos.

CAPÍTULO IV

POTENCIAL ESTRATÉGICO NACIONAL

- Poder Nacional. Potencial Estratégico

O Conceito de Poder Nacional é estruturante para a elaboração do CEDN pois consagra “o produto dos recursos naturais (*tangíveis*) e imateriais (*intangíveis*) que se

integram para estarem à disposição da vontade política, a fim de esta os utilizar para influenciar, condicionar, congrega e vencer o poder homólogos de outros Estados que lutam por resultados favoráveis aos seus interesses próprios”.

Abarca, por isso, poderes que vão do económico, financeiro, científico, tecnológico ao militar, à vontade nacional e à capacidade do Estado em promover uma estratégia adequada ao cumprimento dos objetivos que a sua liderança define.

Tal integração tem por isso natureza multidisciplinar e multisectorial, habilitando o Estado a se capacitar com um poder que na ordem internacional lhe permite uma relação mais igualitária com os restantes, independentemente de cada um deles pretender atingir os seus próprios objetivos.

O Poder é assim concebido como uma relação não estática, antes dinâmica, não se baseando numa permanência, antes em mudanças às vezes aceleradas.

O Poder Nacional constrói-se pelo esforço, capacitação e vontade e, o fator mais relevante que lhe subjaz reside na sua faculdade de previsão, organização e elaboração dum pensamento estratégico e produção de resultados.

O Potencial Estratégico é usualmente definido como *“o conjunto dos ativos materiais e imateriais colocados à disposição do Estado e da sociedade, que permita o fortalecimento do Poder Nacional”.*

Esses ativos serão analisados em rubricas seguintes, contudo, a percepção que antecipadamente pode manifestar para Cabo Verde é de uma *relativa escassez de Potencial Estratégico com alguns níveis de insuficiência acentuados.*

A juventude do Estado cabo-verdiano e o tempo despendido na sua estruturação e consolidação são fatores históricos explicativos, contudo, considerações de natureza geopolítica permitem antecipar evolução significativa e prometedora, requerendo-se um desenvolvimento acelerado de algumas potencialidades que o território exhibe e uma forte prevenção de alguns riscos e ameaças que o podem afetar.

A essa luz, o Potencial Estratégico carece de implementação, devendo, para tal, estabelecerem-se *linhas de orientação estratégica*, que, prosseguidas em permanência e com consistência, permitirão a materialização de objetivos nacionais ambiciosos.

Está-se perante uma visão histórica de contínua construção, e que, levada a cabo, pode não só alcandorar a República de Cabo Verde a patamares ainda mais prestigiantes no contexto internacional, como também a níveis de bem-estar, liberdade, segurança e realização dos seus cidadãos.

- Espaço Geopolítico nacional

O arquipélago de Cabo Verde tem origem vulcânica, situa-se a 445 quilómetros (km) da costa noroeste africana e encontra-se no centro da planície abissal do mesmo nome, de 5.000 metros de profundidade e encontra-se no cruzamento de algumas das principais rotas de navegação aérea e marítima do mundo.

O território da República de Cabo Verde é constituído por 10 ilhas e 13 ilhéus com uma superfície de 4.033 km² e uma população de 491.233 habitantes. Tem uma linha de costa de aproximadamente 1000 km. Cabo Verde tem uma área marítima de responsabilidade nacional de 734.265 km² que inclui as águas arquipelágicas, o mar territorial, a zona contígua e a Zona Económica Exclusiva, cerca de 182 vezes superior à sua superfície emersa. Sob a responsabilidade nacional encontra-se uma área de cerca de 1.300.000 km², correspondente à Região de Busca e Salvamento (SAR).

A plataforma de Cabo Verde poderá, num futuro não muito longínquo, ser alargada para 900.000 km² com a aprovação pelas Nações Unidas do projeto de extensão da plataforma continental, o que representará um incremento do espaço sobre o qual o país exercerá direitos de soberania relativamente aos recursos nele existentes.

Esses atributos caracterizam Cabo Verde como um Estado Oceânico e, como tal, as questões relacionadas à sua maritimidade devem ter carácter determinante na formulação das políticas relativas à sua segurança e ao seu desenvolvimento.

As debilidades daí advenientes configuram vulnerabilidades tanto do ponto de vista de segurança marítima pelas facilidades que conferem à prática do crime organizado associado ao tráfico de pessoas, armas e estupefacientes, bem como da pesca irregular, não autorizada e não declarada, como sob o aspeto económico, porquanto a dispersão territorial e populacional implica a necessidade de multiplicação de infraestruturas e de meios de mobilidade onerando, assim, os custos do desenvolvimento.

A maritimidade também poderá conferir vantagens com a exploração de potenciais recursos estratégicos existentes no meio e no fundo marinhos associados às energias, às indústrias, designadamente a farmacêutica, à produção da água, etc.

A abordagem de Cabo Verde como Estado Oceânico e membro dos SIDS é instrumental no processo de desenvolvimento e passível de determinar o futuro do país.

Com uma democracia em franca consolidação, com mais de trinta anos, e independente há, praticamente, quase meio século, Cabo Verde é um país de rendimento médio, em que somente 10% do seu território é classificado como terra cultivável, e os recursos minerais são limitados.

Segundo o Banco Mundial, Cabo Verde testemunhou progresso económico significativo desde 1990, movido em grande parte pelo rápido desenvolvimento do turismo (25% do produto interno bruto), somado a um considerável desenvolvimento social, graças a políticas sociais implementadas. Os diferentes indicadores de desenvolvimento político, económico, social e humano geralmente colocam Cabo Verde entre os três primeiros países africanos, como, por exemplo, em matéria de liberdade, democracia, transparência, boa governação, qualidade de vida, liberdades económicas e desenvolvimento sustentado.

As medidas de consolidação e estabilidade macroeconómica se traduziram na criação de condições favoráveis à emergência de atividades económicas em setores que não o turismo e nos estímulos à exportação com impacto positivo na conta corrente, e, conseqüentemente na balança de pagamentos no emprego e no crescimento. Concomitantemente, forma tomadas medidas tais como: a redução das taxas alfandegárias e do imposto sobre valor acrescentado sobre os bens importados que garantiram a estabilidade dos preços, acabando estas medidas, no cômputo geral, por contribuir para a estabilidade e a consolidação macroeconómica.

A debilidade do seu tecido produtivo é manifesta em praticamente todos os setores, com exceção do turismo, onde as condições naturais de Cabo Verde foram compreendidas por alguns operadores externos que aí investiram, criando uma dinâmica que se está a ampliar em quase todo o arquipélago.

O tecido social é mais homogéneo que na generalidade dos países africanos, não exibindo disparidades tão amplas, mas estimulando uma forte emigração que tem criado diásporas em vários locais da Europa e América, as quais, contudo, continuam a evidenciar um forte sentido de ligação à mãe Pátria, fator altamente contributivo para a coesão nacional.

A existência de uma forte comunidade na diáspora que é um recurso estratégico para o futuro de Cabo Verde e fundamental para a sua segurança nacional é uma questão vital e outorga a Cabo Verde uma condição especial de Estado Transnacional.

A diáspora tem contribuído para o desenvolvimento económico de Cabo Verde, mas tem-se a clara percepção que nesta área existe um enorme potencial a ser explorado, sobretudo nos novos tempos em que essa diáspora se tem diversificado e especializado nos mais variados domínios do conhecimento e de atividade.

Políticas mais assertivas direcionadas à emigração devem ser implementadas no sentido do aproveitamento desta potencialidade e, bem assim, para debelar as vulnerabilidades inerentes, designadamente, as associadas à propagação de pandemias e à disseminação de ideologias extremistas nos países de acolhimento, entre outras.

O sistema político, por seu turno, tão recente como a própria República, tem permitido alternâncias no Poder Central e Autárquico, indiciando um crescente fortalecimento do Sistema Democrático.

Os mais recentes indicadores do Desenvolvimento Humano da Organização das Nações Unidas (ONU) já colocam Cabo Verde num elevado patamar no seio do conjunto africano, atribuindo-lhe relevo e prestígio inusitados, justificando-se, por isso, que o sistema político e as práticas prosseguidas em alguns domínios credenciem positivamente o contributo para a valorização do seu Espaço Geopolítico.

Os pontos de partida na análise do Espaço Geopolítico cabo-verdiano, tal como dos seus Poder Nacional e Potencial Estratégico devem constituir referências de modo a que a próxima década possa traduzir uma melhoria sensível em todos os aspetos da vida nacional, e assim, justificar a elaboração e concretização das medidas que o presente CEDN contempla.

- Potencialidades nacionais mais importantes
- Localização geográfica de enorme importância no Atlântico Central, valorizando um potencial geopolítico numa área de crescente movimentação de pessoas e cargas e cruzamentos de vários sistemas de cablagens;
- Plataforma marítima dotada de valioso potencial biológico e mineral, indutor de elevados benefícios económicos, científicos, ambientais e estratégicos;
- Infraestruturas portuárias, aéreas, rodoviárias, energéticas e de telecomunicações de valor significativo;
- Clima ameno e agradável, potenciador de fluxos turísticos e correspondentes capacidades de acolhimento, reforçando a atividade turística como um dos motores mais significativos da economia nacional;
- Identidade nacional consolidada, espelhada nas várias comunidades cabo-verdianas, que, para além do território nacional se distribuem por outros espaço geopolíticos, exibindo elevados graus de coesão nacional e solidariedade;
- Inscrição num espaço linguístico de cerca de 250 milhões de pessoas e presente em todos os continentes;
- Regime democrático, que, apesar de recente, manifesta um acentuado grau de maturidade;

- Manifestação no contexto africano de padrões muito relevantes nos Índices de Desenvolvimento Humano.
- Vulnerabilidades nacionais mais significativas
- Tecido produtivo insipiente nos domínios da diversificação, capitalização, dimensão e competitividade;
- Forte dependência externa nos domínios energético, alimentar e comercial, desequilibrando, assim, a balança comercial;
- Níveis elevados de endividamento público e nacional, constituindo motivo de permanente monitorização e eventuais ações corretivas;
- Notórias assimetrias regionais e sociais;
- Assinalável *grau de pobreza* em algumas áreas do território;
- Insuficiente capacidade dissuasória e preventiva do sistema militar contra ameaças externas.

- Objetivos nacionais a atingir

A definição dos objetivos nacionais a atingir reporta-se não só às estruturas do poder como também à Comunidade humana, que serve assumindo-se, por isso, “finalidades coletivas” que perduram no tempo, simultaneamente com outras de natureza emergentes, também inscritas na mesma visão contextual.

A sua definição socorre-se de várias fontes constantes por um lado, no texto Constitucional, nos Programas de Governo, - particularmente o do VIII, nas Grandes Opções do Plano e outra legislação estrutural do Estado, e, por outro, em intervenções públicas e ações políticas correntes.

A fronteira entre os Objetivos Nacionais de maior perdurabilidade e relevância e os Interesses Nacionais é por isso várias vezes atingida, o que é normal entre conceitos respeitantes aos *fins*.

Daí, as naturais imprecisões que se possam manifestar no enunciado de uns e outros, contudo, a relativa juventude do sistema político cabo-verdiano é extremamente vantajosa para aquele efeito, permitindo assim a definição dos seguintes Objetivos Nacionais:

- Estimular a permanente afirmação do Estado Cabo-Verdiano no Mundo;
- Garantir o máximo possível de “graus de liberdade” decorrentes da Independência e Soberania Nacionais, tendo em conta a profunda natureza do fenómeno da interdependência às escalas regional e mundial;
- Garantir a integridade do território e o regular funcionamento dos órgãos de soberania no quadro constitucional;
- Prevenir e combater qualquer ameaça contra Cabo Verde;
- Reforçar a Segurança Externa de Cabo Verde num contexto de ocorrência de várias tensões e acontecimentos na área geopolítica onde se insere e que a possam comprometer, mormente, por parte de alguns atores potenciadores de situações de “divergências estratégicas” e dificuldades acrescidas na garantia do cumprimento de alguns Objetivos Nacionais;
- Garantir a concretização de políticas adequadas à segurança de pessoas e bens, prevenindo e combatendo a criminalidade;

- Promover o desenvolvimento global, através de um forte crescimento económico, paralelo ao exercício de uma política de responsabilidade social e a uma saudável articulação com o ambiente;
- Promover a justiça social, a qualidade de vida, as solidariedade e coesão social, através de políticas de rendimento, bem-estar e qualificação dos cidadãos;
- Promover o equilíbrio das *contas públicas* reduzindo o *déficit* financeiro do Estado e o endividamento respetivo, a valores que não comprometam o futuro das próximas gerações, ou não as penalizem excessivamente.

- Objetivos Estratégicos da Defesa Nacional

O processo estratégico que conduz à concretização do CEDN através da materialização dos Objetivos Nacionais apresentados pela forma tradicional, torna difícil e moroso o percurso a trilhar.

Requer-se, por isso, o seu desdobramento e maior elucidação, imprimindo-se maior clareza, rigor, objetividade e limitação, daí a sua subdivisão em objetivos particulares e intermédios, claramente inseridos na sua lógica global correspondente à fase processual sequencial.

A conjugação entre eles e manifestada num espaço temporal adverso, com as potencialidades a empregar, as vulnerabilidades a corrigir, os problemas que decorrem dos riscos e ameaças configuráveis e as eventualidades a explorar, originam os *objetivos estratégicos de Defesa Nacional*.

- Interesses Nacionais a preservar. Interesses Nacionais Vitais

No contexto dos *fins a atingir os Interesses Nacionais* representam fator reinante e imutável que domina a Política Externa do Estado, consagrando a sobrevivência nacional ou a sua auto preservação, contribuindo assim para o reforço da *consciência nacional*, a integridade do seu território, a solidariedade nacional, e o fortalecimento das suas instituições, determinando as correspondentes políticas públicas que o capacitam.

Do conjunto dos Interesses Nacionais que em qualquer instância ou momento carecem de ser preservados ressaltam os *Interesses Nacionais Vitais*, ou seja, *aqueles que se constituem como indispensáveis e intrinsecamente não negociáveis e que a Nação preservará a qualquer custo, inclusive pelo uso da força*.

À luz deste postulado legitima-se a existência e utilização de Forças Armadas nacionais e a *resistência ativa* de todos os cidadãos perante quaisquer tentativas de ocupação do território nacional.

O Bem-Estar e a Segurança perfilam-se assim como os *Interesses Nacionais Vitais* que o Estado deve prosseguir e preservar.

- Multilateralismo sistémico, alianças e parcerias

Os valores do multilateralismo e da cooperação internacional, base da Carta das Nações Unidas, são fulcrais para a promoção da paz, segurança, desenvolvimento e direitos humanos.

Desde muito cedo Cabo Verde elegera o compromisso com o multilateralismo como opção estratégica. O multilateralismo viabiliza políticas assentes na atenuação e redução dos constrangimentos e circunstancialismos estruturais atinentes à sua exiguidade territorial e à escassez de recursos e garante a sua sobrevivência perante o poderio hegemónico das superpotências mundiais.

Ao longo de toda a sua existência Cabo Verde procurou juntar-se a outras nações, integrando organizações internacionais na procura de soluções que viabilizassem, numa primeira fase, as bases da estruturação do Estado independente e a ajuda humanitária de emergência e, posteriormente, a luta pelo desenvolvimento económico e social do país.

É neste contexto que se insere a participação de Cabo Verde nas diversas organizações do sistema das Nações Unidas e em organizações regionais e internacionais como o CILSS, a CEDEAO, o grupo de países da África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP), a Organização Mundial do Comércio (OMC), os SIDS, etc.

O multilateralismo como mecanismo de afirmação internacional e de resolução dos problemas globais e regionais deverá continuar a merecer toda a atenção da diplomacia cabo-verdiana. A política externa de Cabo Verde deverá tomar a defesa dos valores da paz, da concórdia e da tolerância entre as Nações como objetivo principal da sua ação. Do mesmo passo, Cabo Verde pugnará pela observância do direito internacional nas relações entre os Estados, uma das principais vertentes da segurança e defesa do país.

Os interesses nacionais de Cabo Verde implicam a necessidade da valorização e defesa da multilateralidade do sistema das Nações Unidas, adquirindo cada vez maior relevância o envolvimento nele da diplomacia cabo-verdiana que deverá ser atuante e preventiva. Cabo Verde assume que as Nações Unidas são, por excelência, a instituição internacional vocacionada para a governança mundial e a única legitimadora do uso da coação.

A complexidade dos problemas securitários evidenciada através das ameaças que pendem sobre o país e dos potenciais riscos a enfrentar, bem como a identidade geográfica e económica de Cabo Verde são condições determinantes para a integração em arquiteturas de segurança cooperativa regionais, que também agem sob o mandato das Nações Unidas.

Assim, Cabo Verde deverá reforçar a sua inserção no Mecanismo de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos e de Manutenção da Paz e da Segurança da CEDEAO que, por sua vez, integra a Arquitetura de Paz e Segurança da União Africana. Esta arquitetura de segurança é fundamental para as aspirações de Cabo Verde relativas à projeção da sua posição geoestratégica.

É, também, um quadro propício para que Cabo Verde possa beneficiar dos instrumentos e meios alocados a esses mecanismos de segurança cooperativa regionais por outras instituições multilaterais e países com maior capacidade financeira e material.

A integração em espaços de concertação político-diplomática em matéria de cooperação e segurança como a CPLP e a ZOPACAS, para além de reafirmar a opção nacional pelo multilateralismo amplia a ação de Cabo Verde na arena internacional na defesa de seus interesses.

O estatuto de Cabo Verde de referencial de paz, segurança e estabilidade política na sub-região, as suas potencialidades nos domínios da segurança e defesa e a sua utilidade política internacional no combate às ameaças transnacionais (criminalidade organizada, terrorismo global, narcotráfico, tráfico de seres humanos, lavagem de capitais), cuja prevenção, gestão e resolução exigem arquiteturas securitárias multilaterais e cooperação entre vários Estados ditaram a ancoragem de Cabo Verde à UE, importante parceiro no domínio da segurança e a países com interesse securitários na sub-região.

Neste âmbito, Cabo Verde deverá reforçar a parceria para a segurança com os EUA e com Portugal e, bem

assim, com a Espanha, França e Reino Unido, para além do contínuo estreitamento das relações com Angola, Brasil e China. Concomitantemente, Cabo Verde promoverá a aproximação a organizações de segurança coletiva com interesses na região, num esforço comum para contrapor as ameaças regionais e globais.

Cabo Verde deverá, também, estimular o reforço do relacionamento bilateral com os países mais próximos e com os quais partilha fronteiras marítimas, designadamente o Senegal, e a Mauritânia, bem como com a Guiné-Bissau, país com o qual partilha um passado comum de luta pela independência nacional, em complemento das relações no âmbito da CEDEAO, em razão da maior comunhão dos principais problemas de segurança, cuja resolução encontra maior exequibilidade num quadro de mais estreita cooperação.

CAPÍTULO V

AÇÃO POLÍTICA DA DEFESA NACIONAL A DESENVOLVER

A. Empregar potencialidades nacionais para explorar oportunidades

Nesta vertente consideram-se as seguintes ações estratégicas a realizar:

- Reforço das conexões externas de natureza político/securitária da República de Cabo Verde

Os acontecimentos que global e regionalmente se têm manifestado nos últimos anos evidenciam a crescente importância do Atlântico.

O contínuo incremento de movimentação de pessoas e bens, as perturbações criadas pela pirataria marítima, as tensões originadas pelo interesse que várias potências têm manifestado nesta zona de África são disso clara evidência.

Tal suscita fortes preocupações e legítima por parte dos poderes públicos cabo-verdianos atenção, monitorização e a decorrente necessidade de maior sustentabilidade e robustez na permanente política de segurança que conduzem.

Acresce o facto de recentes crises noutras partes do Mundo evidenciarem a cada vez maior importância que os produtos alimentares, combustíveis líquidos e gasosos e recursos minerais adquirem no contexto geopolítico mundial, realçando-se assim a enorme importância do continente africano.

Face às fragilidades nacionais em matéria de meios de dissuasão ou intervenção para diligenciar com eficiência e permanência as ações requeridas para a mitigação ou extinção das ameaças, à promoção da paz, à redução dos conflitos ou à segurança do Estado e da sua população, considera-se pertinente que Cabo Verde procure articular-se na sua Área de Interesse com outros Estados, organizações de segurança cooperativa e de segurança coletiva, numa postura de paz, concórdia e respeito pelas várias soberanias, no sentido da salvaguarda dos seus legítimos interesses.

Considera-se, assim, oportuno que se consagre uma articulação mais concreta, e de desenvolvimento de parcerias adequadas ao país, estabelecida na sua Área de Interesse, e que não traduzindo roturas na visão multilateralista e entrosada em posturas de paz, concórdia e respeito pelas várias soberanias externas, permita um reforço das suas Soberania e Independência Nacionais, *ancorando* tais desideratos numa perspetiva mais consistente e duradoura.

Estas premissas legitimam uma possível celebração de um acordo de parceria com a NATO, para fazer face às ameaças e riscos descritos neste Conceito Estratégico, na

medida em que os seus membros explicitem posturas de presente e futuro análogas às que a República de Cabo Verde manifesta, como também pela contiguidade que o Atlântico evidencia, colocando-se este oceano como o epicentro das necessidades nacionais e do espaço marítimo, onde os Interesses Nacionais cabo-verdianos e dos países da NATO as reservam.

- Promover maior conectividade com o exterior, mormente na área dos transportes

A potencialidade mais significativa de Cabo Verde reside na sua localização geográfica, não só o valorizando significativamente em termos geopolíticos, como também permitindo a geração de novas capacidades em várias áreas da atividade económica.

O conceito de *Hub-and-Spoke* é elucidativo dessa visão, na medida em que aplicado ao sector aeronáutico contribui decisivamente para aproveitar ao máximo o uso de aeronaves minimizando o seu tempo de voo sem passageiros ou carga, daí resultando operações mais eficientes e rentáveis.

Tal é alcançado através da centralização dos voos de ligação permitindo a chegada das aeronaves ao *hub* com passageiros ou carga originados em várias rotas, e saída com vários destinos.

Este processo de rentabilização é utilizado por várias empresas de transporte aéreo, oferecendo assim uma ampla rede de origens e destinos, conectados ao *hub*, incrementando maior conveniência e acessibilidade de voos.

A localização de Cabo Verde no Atlântico Médio evidencia uma enorme potencialidade para um desenvolvimento acelerado desta atividade, pois dispõe de fatores únicos, mormente a existência de modernos aeroportos e um sistema de telecomunicações fiável; relações habituais e consolidadas com vários países da Europa, África Ocidental e América do Norte e Sul; estabilidade e credibilidade políticas; garantia de segurança ao investimento externo e ao seu funcionamento; sistema tributário favorável à sua concretização; disponibilidade de pessoal qualificado e multilingue e baixos custos operacionais.

Cabo Verde é um mercado natural para operações desta natureza, promovendo-se o crescimento do turismo e tornando-o uma *porta de entrada* para a África Ocidental, não só desenvolvendo vários voos de ligação, como também induzindo um multiplicador de empregos de alguma qualidade, bem como de rendimentos e outros investimentos locais.

A chave do sucesso de uma ampla operação desta natureza estriba-se na capacidade e empenho que as autoridades lhe devotarem, a par da mobilização de vários atores internos e externos capazes de a levarem a cabo.

A perspetiva enunciada para o transporte aéreo pode ser replicada para o marítimo, nomeadamente carga geral e contentorizada.

Sendo certo que as infraestruturas aéreas de Cabo Verde são mais valorizadas que as portuárias, não deve ser ignorada esta potencialidade, merecendo por isso análise aprofundada para operações de *transshipment*.

- Capacitar progressivamente o sistema financeiro de Cabo Verde a se posicionar como Centro Regional

A generalidade dos fatores referidos aquando das várias ações estratégicas já explicitadas continuam a ter plena aplicação.

A estabilidade política, a natureza do regime, a localização geográfica, o nível médio de qualificação dos seus cidadãos, o crescente bom relacionamento com a generalidade dos

Estados – mormente africanos – e o papel dominante do sector privado nos domínios económicos e financeiros, permitem no seu conjunto potenciar o desenvolvimento de uma *praça financeira regional* aberta sobretudo ao Continente Africano.

Os exemplos de Singapura e Dubai tiveram como *ponto de partida* uma inserção geográfica potenciadora de criação e desenvolvimento de outros fatores que determinaram a importância que hoje manifestam.

Desses exemplos extraem-se lições, experiências e vontades, que, globalmente, permitem a Cabo Verde instituir-se como *plataforma financeira e digital* numa zona do mundo que dela carece.

Sendo projeto altamente remunerador e mobilizador, contém riscos que devem ser monitorizados e superados, nomeadamente os que decorrem do não cumprimento das normas de enquadramento contidas em várias Convenções e Tratados.

A essa luz, a permanente observação das regras do Fórum Global sobre Transparências e Intercâmbio de Informações Fiscais (OCDE) e a Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa em matéria fiscal (MCAR), traduzem uma necessidade permanente, de modo a colocar o Estado de Cabo Verde num elevado patamar de rigor e conformidade com regras genericamente aceites.

Tal postura não exclui uma também permanente política de inovação e flexibilidade que atrairá mais capitais externos, promova mais e mais diversificada gama de operações financeiras, integre progressivamente as economias africanas, modernize os instrumentos financeiros a utilizar e estabeleça um clima de abertura e competitividade na zona.

A diferença de patamares socioeconómicos onde se situam os Estados não deve legitimar regras iguais para o seu crescimento.

Países em desenvolvimento devem utilizar *métricas* de avaliação e desempenho mais aptas para os fazer progredir, e não apenas se manterem no patamar em que se situam.

É, pois, num espaço limitado que Cabo Verde se deve situar, de modo a, por um lado, garantir a sua *dignidade internacional*, e, por outro, criar condições para emergir para um futuro mais radioso.

O papel do Banco Central é relevante, como também a vontade política de modernização do arquipélago e as legítimas aspirações do seu povo.

A necessidade de uma abordagem criativa que garanta ainda mais a soberania e Independência de Cabo Verde é inevitável, sem que, o produto final desta abordagem coloque dificuldades acrescidas ao relacionamento externo da República de Cabo Verde.

B. Combater as principais vulnerabilidades Nacionais

Nesta vertente incluem-se as seguintes ações estratégicas a realizar:

- Acelerar um desenvolvimento sustentado na área económica

Procurar a diversificação do tecido produtivo, nomeadamente o destinado à exportação, valorizando recursos endógenos, na pesca e seu processamento industrial e nas atividades agroindustriais, expressam prioridades políticas.

É imperativa a criação de maior valor acrescentado nessas e noutras áreas, tal representando um dos motores de crescimento, e, por conseguinte, a forma de reduzir o

déficit das balanças comercial e alimentar – em particular – que manifestam elevada e preocupante dimensão na economia local.

Apesar da escassa dimensão territorial, o futuro daquela estará sempre condicionado pelo grau de concorrência interna e externa que se manifestar, sendo, por isso, determinante a aceleração de políticas concretizadoras desse objetivo.

Paralelamente, a Parceria com a UE deverá progressivamente traduzir um crescimento das exportações nacionais para os seus países membros.

Só competindo para atingir mercados mais amplos e qualificados se poderá considerar com maior capacidade a diversificação produtiva e a obtenção de dimensões empresariais e níveis de qualidade garantes de custos de produção mais adequados à exportação para aqueles mercados.

A dimensão financeira requerida por uma economia competitiva justifica expressivas políticas de atração do ambiente de desenvolvimento integrado (IDE, sigla em inglês de *Integrated Development Environment*).

As diásporas cabo-verdianas podem pois assumir papel significativo, nesse processo modernizador, pois, em algumas delas já se constata adequados níveis de poupança, potencialmente canalizáveis para o território nacional, tornando-se imperativo um esforço institucional levado a cabo pelos departamentos económicos do Estado, entidades diplomáticas, e o sistema Bancário, a fim de se evidenciar tal possibilidade, acompanhado pela criação de adequados instrumentos financeiros, mobilizadores dessas poupanças para projetos de investimento.

Cabo Verde não prescinde quer de um Estado forte, quer de uma sociedade dinâmica, mobilizada e operativa.

Compete ao Estado prever, propor, mobilizar e apoiar.

Compete à sociedade realizar, dirigindo e procurando as melhores formas de criar riqueza.

Estas políticas e atitudes têm também um fim de natureza sociopolítica, pois induzem à criação e sustentação de uma classe média, esteio essencial do sistema político democrático.

- Alterar padrões do sistema energético, tornando-o mais competitivo, promovendo assim uma maior descarbonização do Arquipélago de Cabo Verde

A dependência energética representa uma das maiores vulnerabilidades de Cabo Verde, desequilibrando negativamente a sua balança comercial e poluindo o seu ambiente.

Maior produção e utilização de energias renováveis pode vir a representar um dos motores de transformação da sua economia e bem-estar, na medida em que as condições que manifesta para o seu desenvolvimento são ímpares e o edifício legislativo já o contempla.

O elevadíssimo potencial eólico e um grau de utilização anual quase permanente de exposição solar, justificam a aceleração desses sistemas de produção de energia.

Paralelamente, reveste-se de um profundo sentido de inovação e modernidade a consagração de uma política de total abertura à sociedade, permitindo aos cidadãos e empresas a plena exploração dessas atividades, funcionando o Estado através da empresa pública respetiva, como entidade adquirente de parte ou totalidade de eletricidade assim gerada, mediante contratualização a longo prazo, prévia ao investimento a realizar.

O padrão de modernização assim explicitado, deve estender-se não só à produção como também ao consumo.

Devem ser instituídas práticas de maior eficiência energética, mediante maior utilização de painéis solares sediados em edifícios públicos e privados e colocação de várias gamas de equipamentos destinados à monitorização e poupança de energia nos seus interiores.

Requer-se por isso, a disponibilização de incentivos fiscais à sua promoção, como também legislação apropriada que, em certas condições poderá tornar obrigatória a sua utilização.

Apesar do custo financeiro destes programas eles são, contudo, os mais beneficiados em apoios externos criados por várias instituições financeiras internacionais, mormente o Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento.

- Prevenir e combater os efeitos nocivos das Mudanças Climáticas

As *Mudanças Climáticas* representam há algumas décadas um dos fatores mais determinantes em bastantes alterações que se manifestam na natureza, produzindo efeitos nocivos em vários domínios da atividade humana e na sustentabilidade global.

A erosão dos solos, a crescente desertificação, a exaustão de aquíferos, a crescente subida das temperaturas terrestres o degelo dos glaciares, a destruição da biodiversidade são exemplos que exigem ações concretas dos Poderes Públicos a fim de se minimizar a sua progressão.

Nelas se integram, entre outros, projetos de florestação, de consolidação de dunas, de constituição de reservas de água, de controle do seu consumo, de redefinição de implantação de áreas de residência, que conjuntamente com uma política energética adequada contribuirão para a descarbonização do território e a minoração dos efeitos negativos suscitados.

- Reduzir progressivamente os níveis de pobreza

Os níveis de pobreza em Cabo Verde têm expressão assinalável, traduzindo um problema socioeconómico que requer abordagem múltipla, na medida em que as políticas públicas a empreender têm modulação e natureza diferentes.

Por um lado, o Estado não pode prescindir de uma visão assistencialista, expressa conjuntural ou permanentemente, traduzida em apoio direto monetário aos cidadãos mais carenciados, que pelo estado de saúde, idade e eventual solidão, dificilmente tenham outro meio de subsistência.

A disponibilidade de razoáveis sistemas de saúde pública, e ação social complementam aquela forma de apoio.

Contudo, o combate à pobreza numa lógica de médio/ longo prazo deve estabelecer-se em políticas propiciadoras de melhores qualificações, associadas a programas de dinamização do tecido produtivo com localização e dimensão apropriados.

Centrar apenas nas qualificações sem suficiente expectativa de um desempenho profissional decorrente pode traduzir-se em esperanças frustradas com consequentes desilusões que deterioram a inserção social dos cidadãos em estado de pobreza.

Ao invés, qualificações com futura inserção no tecido produtivo obriga a uma convergência na condução das duas políticas referidas.

O efeito contribuirá assim para o funcionamento do *elevador social*.

Iniciar ações deste cariz em determinadas áreas geográficas e domínios específicos de formação, pode representar uma política remuneradora a médio/longo prazo.

C – PREVENIR E COMBATER OS RISCOS E AMEAÇAS À SEGURANÇA NACIONAL

- Ampliar, modernizar e reestruturar os meios e entidades afetos à Defesa Militar

O novo contexto mundial constatável expressa novos riscos e ameaças que já se manifestam e manifestarão em todo o Mundo, e ainda mais particularmente no continente Africano.

A crescer ao fenómeno da pirataria marítima, ao terrorismo grassante no Sahel e que se estende até à costa atlântica, à crescente expansão do narcotráfico por via marítima e as várias crises nacionais oriundas na instabilidade política, surgem sequelas dos afrontamentos de natureza geopolítica entre os grandes Poderes Político/ Militares, deles decorrendo elevadas tensões e suas projeções à escala planetária.

O conjunto das Forças Armadas integra-se nas instituições Nacionais que os Estados criaram, a fim de exercerem as suas funções de soberania, mormente na proteção dos respetivos povos, na defesa dos seus territórios e na garantia da Independência Nacional.

Não é aceitável ignorar aquelas novas realidades, pelo que, a premência de ampliar, modernizar e reestruturar as entidades responsáveis da Defesa Militar nacional é de uma evidência meridiana.

A Guarda Costeira cujas missões são decisivas face ao contexto explicitado, carecem de meios adicionais – lanchas rápidas a patrulheiros e capacidades oceânicas – que lhe permitam desempenhos mais adequados face à maior amplitude funcional que lhe é requerida e, bem assim, à fiscalização da plataforma continental cabo-verdiana.

A mobilização de elevados montantes financeiros requeridos para esse efeito, suscita a possibilidade e necessidade de estabelecimento de parcerias externas apropriadas sob os pontos de vista político e operacional, com outros Estados ou Organizações internacionais que permitam contribuir para a resolução daquele problema, fortalecendo-se com maior fiabilidade as capacidades de prevenção e dissuasão, indispensáveis à produção de melhores e mais amplas condições de segurança a Cabo Verde.

Paralelamente, e dada a natureza arquipelágica do território, as operações de busca e salvamento, combate a fogos florestais, proteção e controlo dos espaços aéreo e marítimo nacionais, evacuação médica e transporte de deslocados, adquirem relevância manifesta, devendo ser centralizadas na Guarda Costeira, que, deverá dispor de meios integrados aeronavais, nomeadamente helicópteros e outras aeronaves adequadas.

No âmbito da Guarda Nacional, destaca-se a necessidade de nela se concentrarem as ações de proteção das *Infraestruturas Críticas*, devendo para tal, reforçar-se o papel das formações especializadas no seu seio.

Paralelamente, e em conformidade com a visão definida pelo Estado como *geradora de segurança*, a Guarda Nacional deverá dispor de pequenas, mas competentes unidades militares destinadas a em conjunto com as Forças Militares ou de Segurança Interna de outros estados desempenharem *missões de paz e cooperação*, nomeadamente as promovidas pela ONU e UA.

Sendo simbólica, tal eventual participação qualificaria superiormente Cabo Verde no contexto internacional.

Por último, e considerando que um dos objetivos centrais do Estado cabo-verdiano é a promoção do bem-estar e proteção das suas populações, justifica-se a existência de uma entidade congregadora dos meios humanos,

técnicos e organizacionais, que responda aos problemas e contingências exigidas pela função da *Proteção Civil*, quer em situações de normalidade, quer de emergências adversas.

Sendo a Guarda Nacional constituída por pessoal dedicado em permanência ao serviço público, dotada de uma estrutura hierárquica adequada a atuar com rapidez e qualidade aos aspetos supracitados, e fisicamente sediada em diferentes áreas do arquipélago, deve por isso assumir a responsabilidade pelas funções integradas no conceito de *Proteção Civil*, devendo para tal exercê-las em estreita articulação com as várias autarquias municipais.

A atribuição desta missão à Guarda Nacional insere-se em linha com a conceptualização constitucional da Defesa Nacional, que abarca uma componente militar e outra de natureza distinta no apoio às populações, em áreas específicas a considerar.

Em consonância, dever-se-á mobilizar os recursos necessários para dotar a Guarda Nacional dos meios indispensáveis ao cumprimento das missões conferidas.

- Estruturar e Desenvolver uma política de Cibersegurança

Dada a novidade que encerra, a crescente prática de cibercrimes tem sido acompanhada pela perceção da sua gravidade, perturbação suscitada e dificuldade em os combater.

Constituem-se como uma das mais graves e disruptivas ameaças, atingindo alvos distintos, desde sedes do poder político, a sistemas militares ou de segurança, redes de energia ou telecomunicações, controle de tráfego ou dispositivos de empresas.

Cabo Verde não dispõe ainda quer de um eficaz *Sistema Nacional de Cibersegurança*, quer de unidades sectoriais que desempenhem funções aí integradas.

É mister encarar o problema, cujo desenvolvimento requer não só equipamento dispendioso, como sobretudo pessoal altamente qualificado, pelo que os passos a dar na formulação resolutiva do problema obrigam a abordagem rigorosa, devendo iniciar-se pela escolha de um parceiro externo com grande experiência na área e capacidades reconhecidas, de modo a se modular um sistema global para Cabo Verde, que caminhe do topo para a base, devendo por isso evitarem-se esforços pontuais sem uma visão global de todo o conjunto.

- Promover adequada articulação entre os operadores da Defesa Nacional e da Segurança Interna

A modernidade tem progressivamente revelado que a distinção tradicional entre os conceitos de Segurança Externa e Segurança Interna se tem esbatido, tornando clara a crescente interpenetração entre ambos.

Tal está associado às alterações manifestadas pela natureza, sediação e concretização de algumas das mais relevantes ameaças, mormente o terrorismo, a cibercriminalidade e crimes de natureza transnacional – de pessoas, bens e capitais.

A porosidade das fronteiras nacionais face às questões emergentes e correlatas com a crescente *mundialização*, abriu brechas no edifício conceptual em apreço, permitindo-se assim antever e perceber eventuais funções a serem exercidas por vários operadores, ou um operador executar mais do que uma função.

A fim de se evitarem tensões na execução das funções do Estado decorrentes do conjunto das questões em apreço, revela-se de bastante utilidade uma estreita articulação entre responsáveis dos ministérios que atuam nessas áreas através da qual:

- Se detetem áreas de sobreposição funcional entre operadores a eles afetos no exercício das suas competências;
- Definição do exercício de comando e dos poderes atribuídos em atividades incluídas no número anterior;
- No caso de atividades que não evidenciando duplicações de operadores nele envolvidos, mas requerendo estreita cooperação a fim de lhe garantir sucesso, definir a operadora responsável pela sua execução.
- Integrar o Conceito de *Uso Dual* na estruturação e funcionamento da Defesa Nacional e da Segurança Interna.

Nos âmbitos da Defesa Militar, Segurança Interna e Proteção Civil são utilizados equipamentos cujos valores de aquisição e manutenção são muito elevados, onerando assim o orçamento do Estado de uma forma sensível.

Vários países, sobretudo de dimensão financeira média, têm encetado políticas que procuram que alguns desses equipamentos - com o pessoal a ele afeto e sediados numa entidade, desempenhem simultânea ou separadamente outras funções respeitantes a outras entidades.

Desse modo se evitam possíveis duplicações e custos de financiamento sistémicos mais onerosos.

Os exemplos são manifestos e atestam a bondade dessa política designada por *Uso Dual*:

- O equipamento afeto às ações levadas a cabo pela Engenharia Militar no âmbito da Guarda Nacional, também pode ser consignado às funções da Proteção Civil.
- O patrulhamento, evacuação médica e vigilância das costas e do mar, operadas pela Guarda Costeira também possibilita a realização de funções de cartografia, controle da poluição marítima, controle e vigilância das atividades piscatórias, vigilância de movimentações marítimas potenciadoras de atividades criminais.
- Aquando da realização de operações no espaço marítimo que requeira a presença de funcionários do Estado dotados de poderes policiais, os meios de Guarda Costeira, deverão constituir o sustentáculo operacional da sua atividade.

Tornar este conceito praticável em permanência, representaria para o Estado não só um melhor desempenho funcional em vários domínios, como evitaria tensões interentidades que promovem ações com permanente duplicação e sobreposição funcionais, como também promover um elevado nível de poupança financeira dos recursos do Estado.

O sucesso desta política reside não só numa firme condução política global, como também numa sustentação jurídico-operacional que expresse e promova os protocolos de cooperação cujo conteúdo se pode antecipar, mas cuja operacionalização determinará os seus aperfeiçoamentos e mutações.

Em síntese, o processo estratégico concebido na elaboração do CEDN inicia-se pela definição de Objetivos Nacionais a alcançar e Interesses Nacionais – mormente os Vitais a preservar; desdobrando-se aqueles em Objetivos parcelares e intermédios, os quais são convertidos em Objetivos Estratégicos de Defesa Nacional e enunciados através de Diretrizes de Defesa Nacional a serem executadas.

O conceito plasma-se assim na Ação Executiva, extensiva a todo o Estado, e mobilizando a sociedade numa participação, numa “obra comum e nacional”.

O sucesso do planeamento estratégico depende, em boa medida, da componente financeira, pelo que se deverá proceder, em simultâneo, à definição da arquitetura do financiamento da Ação Executiva do Estado a quem cabe, em primeira instância, a responsabilidade pela segurança do país. Complementarmente ao seu esforço financeiro o Estado deverá contar com os recursos provenientes da cooperação internacional.

O planeamento estratégico deverá prosseguir com a elaboração de conceitos estratégicos parcelares em cada um dos sectores e níveis estratégicos, na base das ações estratégicas contidas neste CEDN.

O CEDN tem a sua origem no Estado que, todavia, para o elaborar mergulha nas raízes mais profundas da sociedade, no desejo e aspirações dos cidadãos, para a partir da sua elaboração, ser aplicado a todos os que integrem a comunidade.

Só assim tem razão de ser.

Só assim tem utilidade.

Só sendo nacional tem legitimidade política.

CAPÍTULO VI

PROCESSOS, MÉTODOS E CONTROLO DE EXECUÇÃO DO CEDN

- O CEDN procura organizar sistematicamente as respostas traduzidas nas várias *Ações Políticas de Defesa Nacional* e enunciadas no Capítulo V, que o Estado, em primeira instância e a sociedade cabo-verdiana, devem promover, a fim de se fortalecer o Poder Nacional.

Elas inserem-se em múltiplos sectores devendo a sua execução ser operada numa perspetiva simultaneamente síncrona e harmoniosa, de modo a não só se maximizarem os efeitos benéficos que produzem, como também se minimizarem os negativos mais preocupantes.

- O CEDN explicita-se num texto, mas é na sua tradução em realidades percecionadas e vividas que ele adquire a sua relevância.

A responsabilidade política da sua operacionalização respeita ao Governo, a cujo Primeiro Ministro compete tal coordenação e controlo e, dada a amplitude de funções que lhes estão cometidas, é natural a atribuição daquela atividade a um *membro do governo com poderes delegados* para a sua execução.

A necessidade de uma *estrutura adequada* para o *assessorar* no plano executivo é manifesta, a qual deve ser composta por cidadãos experientes em vários domínios, nomeadamente Defesa, Segurança Interna, Relações Externas, Informações e Economia e Finanças.

A sua intervenção na monitorização e acompanhamento das políticas a desenvolver resultantes do CEDN requer, por isso, maturidade, conhecimentos e dedicação.

Paralelamente, e tendo presente que é no âmbito de cada Departamento Ministerial do Estado que as mesmas se desenvolvem é mister a plena consciencialização, apoio e adesão clara aos objetivos propostos e ao conteúdo das respostas a fornecer ao País.

O acompanhamento e monitorização referidos permitem a elaboração de relatórios periódicos onde se diagnostica o andamento e cumprimento das medidas aprovadas, as dificuldades eventualmente sentidas, os estrangulamentos encontrados ao longo do processo e propostas das respetivas superações necessárias à prossecução dos objetivos.

Tais relatórios devem ser comunicados não só à estrutura da Direção do governo, como também às próprias entidades executoras, a fim de as apoiar na condução das ações que lhes respeitam.

- Aquando da finalização das medidas correspondentes a uma política a ser executada é importante *avaliar* os *resultados constatados* e os efeitos produzidos.

Tal se insere no princípio de avaliação das políticas empreendidas, de modo a se perceber a sua utilidade, e adequação à realidade e à sua sustentabilidade.

O estabelecimento de regras e critérios requeridos para essa tarefa constitui o primeiro passo a empreender, seguido de várias simulações para as aferir e corrigir caso seja necessário.

Infelizmente em muitos casos verificados no exterior perceberam-se políticas erradas que não deram os frutos prometidos, políticas que não se concluíram, políticas que se enunciam, mas que nunca tiveram direito a existir.

Os cuidados e rigor analítico são, por isso, essenciais.

A escolha das modalidades de ação estratégica também.

A permanente monitorização ao longo dos processos executivos traduz igualmente um requisito básico.

Mas, a avaliação final é a *pedra de toque* que separa os países que geram com eficiência os poucos recursos de que dispõem, daqueles para quem o desperdício é critério alheio à ação.

Cabo Verde ascendeu a patamares de relevância e dignidade de tal forma notórios, que tudo o que fizer de *distintivo* o pode alcandorar ainda mais a um prestigiado estatuto de Estado moderno, competente e entrosado nas esperanças e sonhos do seu Povo!

Tal como aprovado em Conselho de Ministros aos 24 de setembro de 2024. — O Primeiro-Ministro, *José Ulisses da Pina Correia e Silva*.



I SÉRIE
BOLETIM
OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: www.incv.cv

incv

IMPRESA NACIONAL DE CABO VERDE

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde
C.P. 113 • Tel. (00238) 2612145, 4150
Email: kioske.incv@incv.cv / incv@incv.cv

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.